

Natureza e Sensibilidade na História Oitocentista.

RICARDO ALEXANDRE SANTOS DE SOUSA*

“O Universo não é uma ideia minha.

A minha ideia do Universo é que é uma ideia minha.

A noite não anoitece pelos meus olhos,

A minha ideia da noite é que anoitece por meus olhos.

Fora de eu pensar e de haver quaisquer pensamentos

A noite anoitece concretamente

E o fulgor da estrelas existe como se tivesse peso.”

(F. Peessoa, 1-10-1917).

As impressões que o meio ambiente produzem sobre a sensibilidade humana não são nenhuma novidade para as artes em geral. Poetas nos mais diferentes estilos tendem a relacionar a disposição de espírito do ser humano a fenômenos naturais. Perde-se a conta das vezes em que a literatura relaciona o fulgor da primavera ao sentimento amoroso ou o frio invernal à solidão e desencanto de um coração partido.

Historiadores em geral parecem reticentes quanto à utilização da natureza como mais um vetor na análise histórica. Tende-se a levar em conta o contexto político, econômico, social, cultural na análise de um evento estudado, porém raramente a natureza é tomada como mais um fator capaz de impressionar os sentimentos humanos e exercer qualquer influência no conjunto dos acontecimentos.

Esse fato desperta a curiosidade, já que ela, a natureza, é o meio nos quais existimos, nos movemos e somente na interação com o meio natural é possível ao homem garantir sua sobrevivência nos mais diversos ambientes encontrados no planeta.

Fenômenos naturais radicais, derivados do aquecimento global como mudanças no regime de chuvas que afetam a agricultura, elevação do nível dos mares, excesso de calor ou de frio, tsunamis, abalos sísmicos, etc. fazem com que o meio ambiente volte à cena histórica de forma inelutável. O grande descaso da humanidade em geral para com o meio-ambiente mostra suas consequências.

* Doutor em História das Ciências pela Casa de Oswaldo Cruz – COC/Fiocruz.

A invisibilidade da natureza no discurso histórico moderno faz com que historiadores em geral enfrentem algumas questões que foram tratadas no passado e legadas ao esquecimento, a partir dos eventos citados, surgem questões acerca da metodologia aplicada ao tratarmos a natureza como força capaz de exercer influência nos fenômenos históricos.

Cabe aos historiadores, portanto, fazerem uma reflexão sobre a utilização dos fenômenos do meio ambiente em suas análises e para tal é necessário recorrer à historicidade da utilização e não utilização desse tipo de fonte no discurso histórico.

Se tão somente recorrermos ao século XIX percebemos que, no discurso de naturalistas e homens de ciência em geral, natureza e história eram campos que frequentemente se entrecruzavam. O meio físico não somente era muito utilizado no discurso histórico, como em alguns momentos era até mesmo visto como fator determinante na história dos povos.

Os escritos de Alexander von Humboldt (1769 – 1859), bem como um conjunto de trabalhos que vêm à luz nas primeiras décadas do século XIX baseavam-se na geografia das plantas e dos animais. Era muito comum, desde pelo menos o século XVI, que viajantes recolhessem espécies dos diversos locais visitados para que estudiosos em seus gabinetes europeus analisassem e catalogassem novas plantas, animais e minerais.

Lorelai Kury (1998) mostra que Humboldt era um dos que, de maneira geral, atinha-se a uma visão dos seres vivos alocados em seus ambientes naturais. Para o naturalista e viajante que se singularizou por uma visão globalizante e estetizante da natureza, as regiões do globo se dividiriam por meio de linhas isotérmicas. Baseava-se em medidas de temperatura e pressão bastante precisas. Tais medidas particulares às paisagens cujo aspecto era relacionado à incidência de espécies vegetais comuns àquela área. Humboldt procurava analisar as espécies em meio a esse conjunto e não apartadas do contexto[†]. Cada região também era dividida em sub-regiões diversas, as quais variariam em função da altitude (KURY, 1998).

A abordagem humboldtiana da natureza procurava fazer com que o viajante medisse de maneira sistemática e precisa os fatores físicos que intervêm em cada lugar. Dessa forma,

[†] Conforme já foi dito, era comum que coletores fizessem chegar às mãos de naturalistas variadas coleções para serem estudadas em seus gabinetes. O processo, contudo era sujeito a uma série de falhas como a má conservação ou mesmo a falta de informações necessárias para uma classificação mais precisa do material. O *Instructioperegrinatoris*, atribuído a Lineu, entre outros, tentava minimizar os erros. (KURY, 1998: 65 – 69).

temperatura, altitude, pressão, umidade, como também investigar os hábitos das principais espécies vegetais que compõe a paisagem estudada faziam parte do método do naturalista (KURY. 2001: 865). Esse tipo de percepção da natureza procura transportar em coleções, não somente amostras das espécies, mas, na medida do possível, as próprias sensações do viajante no local estudado. Sendo assim, a descrição detalhada, localização, pinturas que retratassem a paisagem local eram de suma importância. Nesse sentido, o estilo pitoresco das representações iconográficas dos locais visitados, seus costumes e suas espécies assumem uma função científica (*Id.* p. 879).

Nas citadas representações dos diversos locais, os seres humanos que ali habitavam não eram excluídos do meio, mas observados na interação com a natureza do local em que proviam a sua subsistência. Logo, as habitações, a alimentação, os ornamentos, a agricultura, as crenças e todas as formas de interação do homem com o meio não escapavam ao olhar dos coletores e naturalistas em suas viagens exploratórias.

Com um olhar mais direcionado aos diferentes grupos humanos espalhados pela terra e na esteira da observação humboldtiana da natureza estava o zoólogo e geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844 – 1904).

Sua obra *The History of Mankind* (1882) tinha a ambição de lançar um olhar abrangente sobre diversos grupos humanos. Uma tentativa hercúlea de compreender seu desenvolvimento histórico e as circunstâncias em que o mesmo se deu. Para tal, Ratzel, procurava marcar as bases de seu pensamento. Consoante aquele autor a visão de uma humanidade única e não racialmente dividida, como era bastante comum para a ciência de seu tempo, e a percepção do meio como fator essencial na formação das diferentes civilizações eram-lhe questões axiomáticas.

“Portanto, em qualquer lugar que a Terra for habitável pelo homem, encontramos pessoas as quais são membros da mesma e única raça humana. A unidade do gênero humano é como se fosse a obra do planeta Terra deixando sua marca no degrau mais alto da criação. Só há uma espécie de homem, variações são numerosas, mas não profundas. O homem no sentido mais amplo é um cidadão da Terra” (RATZEL, 1896:9).

Porém, deve-se, em grande parte, à crítica à obra de Ratzel o fato da natureza ter sido banida da pauta dos historiadores como capaz de influenciar nos caminhos a serem tomados pelos diversos grupos humanos em sua história. O autor ficou associado ao chamado “determinismo geográfico” e, conseqüentemente, expurgado das análises históricas. Tal tipo de determinismo, contudo, se encontra mais presente na radicalização de alguns de seus princípios por parte de seus seguidores do que nos próprios escritos de Ratzel.

A crítica, em grande parte se deve a ao historiador Lucien Febvre. Em sua obra “Terra e Evolução Humana”, o autor apresentou um confronto entre as ideias de Vidal de La Blanche e Ratzel. Nela, Febvre alcunhou a obra de Ratzel com o termo *determinismo*, ao passo que La Blanche ficou relacionado ao *possibilismo*. Ali Febvre atribui ao último uma apreciação favorável, enquanto Ratzel seria identificado com uma perspectiva da natureza puramente mecânica e fatalista. O homem, nessa perspectiva, não seria visto como agente transformador da natureza, mas resultado das condições favoráveis ao desenvolvimento da civilização ou vítima de condições adversas a tal desenvolvimento (BURKE, 1990: 24 -25).

A obra do alemão passou desde então a ser categorizada dentre aquelas não lidas e criticadas por todos de forma geral. Sem entrar no mérito da procedência ou não da crítica de LucienFebvre, vale a constatação de que “jogou-se fora a criança com a água da bacia”. Atualmente, quando os já citados fenômenos naturais, impõe sua presença na reflexão de cientistas em geral e inclusive historiadores, há que se fazer um resgate da maneira pela qual a história lidou com a natureza, pelo menos nos últimos séculos, de forma a perceber a historicidade do tema e estabelecer caminhos para lidar com o mesmo a partir da contemporaneidade.

A impressão que a natureza pode vir a causar nos sentidos humanos é tema do qual muitos historiadores do século XIX não se furtavam. Nesse texto trataremos de forma geral sobre tal visão na perspectiva de três desses personagens. São eles Henry Thomas Buckle (1821 – 1862), Hippolyte Adolphe Taine (1828 – 1893) e Eduard Meyer (1855 – 1930).

Henry Thomas Buckle (1821 – 1862):

O primeiro dos historiadores citados, Henry Thomas Buckle, foi muito lido por autores brasileiros a partir dos anos setenta do século XIX. Euclides da Cunha, Silvio Romero, Araripe Júnior e Capistrano de Abreu são alguns dos que frequentemente citaram o inglês em seus trabalhos.

A *História da Civilização na Inglaterra*, sua mais importante obra, chegou a ser traduzida para o português. Nela, o autor procurou, como muitos outros de seu tempo, alçar a história dos povos ao modelo das ciências naturais[‡].

Em sua análise acreditava que a história até então era encarada por duas perspectivas enganosas, que eram a perspectiva do “livre arbítrio”, ligada à metafísica e em segundo lugar a “predestinação”, ligada à teologia. Ambas corrompiam as fontes do conhecimento humano, pois mascaravam as leis fixas que aplicadas à sociedade davam melhor condição de compreendê-la, bem como de prever-lhe o futuro imediato.

O autor inglês afirmava que as ciências físicas se encontravam num estágio no qual era possível perceber as regularidades de seus eventos e prever resultados. No caso da história as mesmas regularidades não se observavam. Não porque fossem inexistentes, mas pela crença de que havia nos eventos humanos qualquer coisa de misterioso e providencial, o que tornava tais eventos impenetráveis à investigação e era um obstáculo para se descobrir o futuro (BUCKLE, 1865:13).

Todas as vicissitudes da raça humana, seu progresso ou decadência, sua felicidade ou miséria, eram, portanto, fruto de uma dupla ação: uma ação de fenômenos exteriores sobre o espírito e outra ação do espírito sobre os fenômenos físicos. Dessa forma tanto o meio atuava sobre a sociedade, modificando-a, como esta reagia atuando sobre o meio físico. “Assim nós temos o homem que modifica a natureza e a natureza que modifica o homem; dessa modificação recíproca deverá necessariamente surgir todos os eventos” (Ibidem. 27 -28). Era a partir dessa dialética de ação e reação que se formariam as sociedades.

A natureza tinha para Buckle papel fundamental na formação das sociedades. Na busca de leis fixas, acreditava que determinados fenômenos naturais ao agirem sobre a sociedade levariam a resultados semelhantes e, portanto, previsíveis no que se refere ao grau

[‡] Na segunda metade do século XIX a história já se encontrava em grande parte pautada no modelo das ciências naturais (HARTOG, 1998: 194).

de desenvolvimento de diferentes civilizações, o que pode enquadrar sua obra no que conhecemos como determinismo climático.

Consoante Buckle haviam quatro classes de agentes físicos que exerciam influência mais marcante na raça humana. Eram esses o clima, a nutrição, o solo e o aspecto geral da natureza. É interessante notar que os três primeiros fatores se relacionam a questões que envolvem a materialidade da vida, enquanto o último atuaria diretamente sobre o caráter intelectual e psicológico de uma comunidade humana.

Em outras palavras, ao eleger os quatro fatores citados, o autor, levava em conta sua crença de que, seria necessário, para que uma civilização se desenvolvesse e progredisse, que houvesse energia e regularidade do trabalho e, além disso, que tal trabalho contasse com a liberalidade do meio, de forma que a subsistência do grupo fosse garantida. Por outro lado, acreditava que a ação da natureza e seu próprio aspecto imprimia nos habitantes locais uma “disposição de espírito” que poderia destiná-los ao labor e ao progresso, ou torná-los inconstantes no trabalho e, portanto, destinados à estagnação.

O exemplo brasileiro era tomado por Buckle como esclarecedor nesse sentido. Com uma visão bastante idílica da natureza local, o inglês acreditava ser inviável a construção de uma nação civilizada no Império dos Trópicos. Afirmava que os ventos alísios vindos do oceano, carregados de umidade, ao depararem-se com a Cordilheira dos Andes sem poder transpassá-la se precipitavam em chuva torrencial sobre o solo brasileiro, alimentando a vasta rede fluvial e devido ao calor tropical tornava a terra extremamente fértil.

Conseqüentemente a fauna e a flora brasileiras ganhavam uma profusão inimaginável, com florestas intransponíveis e uma abundância de aves, mamíferos e insetos pouco conhecidos dos europeus. Contudo, o que poderia parecer um ambiente favorável ao berço de uma poderosa civilização, ao olhar do pensador inglês constituía-se em pura desvantagem. Tal natureza exuberante, em vez de excitar a imaginação, inteligência e engenho dos que dela desfrutavam, acabaria por produzir-lhes certa hipertrofia da sensibilidade.

Um povo que tem sua subsistência garantida, dizia o inglês, por meio de uma natureza de fecundidade tão extraordinária não necessita despender muita energia em trabalho, já que conta com abundância de alimentos sempre à mão. Diferentemente, o europeu que contava

com uma natureza menos fértil tinha que se esforçar frequentemente em trabalhar e se dedicar a engenhos que tornassem sua subsistência possível.

Evidentemente a análise de Buckle era carregada de determinismo, etnocentrismo e uma visão equivocada sobre o clima e a geografia do Brasil. Mas vale ressaltar que o historiador do século dezenove não se furtava em tomar a natureza como fator a ser levado em conta na formação de um povo, inclusive sob um ponto de vista tão subjetivo quanto a excitação dos sentidos pela paisagem circundante.

Hippolyte Taine (1828 – 1893):

Formado pela École Normal Supérieure, Hippolyte Taine, com base em ideias positivistas e cientificistas comuns à sua época, construiu uma vasta obra, cujo trabalho mais conhecido são os cinco volumes de *Histoire de La Littérature Anglaise* de 1864.

Embora o título da citada obra se refira à literatura, o objetivo final de Taine visava a história. O autor acreditava que não somente a literatura, mas a arte em geral, bem como a religião, a filosofia, a legislação e outras expressões sociais eram, na verdade, indícios pelos quais podemos reconstituir, ainda que de forma incompleta, a alma humana. Taine procurava, portanto, o homem por trás da documentação, com suas paixões, seus atos, sua vivência.

A literatura, a documentação, os monumentos eram vistos por Taine como apenas indícios do homem verdadeiro, aquele que come, anda, trabalha, luta, se apaixona. No entanto, o autor não se conformava com a exterioridade do homem, objeto de seu estudo, pretendia decifrar a alma interpretando-a segundo o esquema cientificista caro à ciência de seu tempo.

“Quando observais com vossos olhos o homem visível, o que procurais? O homem invisível. Suas palavras que chegam a vossos ouvidos, seus gestos, suas ideias, suas vestes, suas ações e suas obras sensíveis de todos os gêneros não são nada mais do que expressões da alma. Há um homem interior guardado no homem exterior e, esse segundo, não faz nada além do que manifestar o primeiro”(TAINÉ, 1866:10).

Para chegar ao homem interior, visto por Taine como verdadeiro objetivo da história, o autor valia-se de um esquema em que três fontes eram tomadas como constitutivas dos pilares morais elementares da sociedade. Eram elas a raça, o meio e o momento.

Diferentemente de Buckle que pensava a humanidade como única, Taine acreditava haver diferenças fundamentais entre as chamadas raças humanas. Dessa forma, as impressões do meio ambiente teriam respostas diversas dependendo da raça humana que a percebia. Cada raça, contudo, seria sujeita a uma grande variedade de características, o que dependeria do meio em que se encontrava inserida.

A raça ariana em suas diversas versões como a germânica, a helênica e a latina eram bastante variadas em suas características intrínsecas devido aos diferentes ambientes em que se fixaram. O autor defendia a tese de que a paisagem, a proximidade com o mar, a umidade, a proximidade de florestas atuariam não somente na forma de um povo prover o seu sustento, mas também no seu temperamento independente das características fixas da raça. A propensão de um povo à melancolia, à violência, à embriaguez, à gluttonia ou à belicosidade seriam frutos da interação entre raça e meio em um determinado momento. Num meio de melhor paisagem, a bordo de um mar navegável, brilhante e convidativo ao comércio sentimentos como a arte de discursar, o talento de desfrutar de invenções científicas, das letras e das artes seriam estimulados.

A sociedade seria vista como resultado da equação entre raça e meio num determinado momento e, em frequente estado de transformação, já que o momento variaria constantemente ao sabor do tempo portador de mudanças ocasionais.

Natalie Richard (2009) em sua tese com a qual lhe foi conferida a cátedra de professora na Universidade de Sorbonne chama a atenção para o fato de autores como Taine e Renan representarem a ruptura, ou ainda a mutação do pensamento histórico de uma época. Estudá-los, afirma a autora, traz à luz um momento no qual a disciplina histórica passava por uma reavaliação tanto nos seus objetos quanto no seu método. As questões trazidas por tais autores são datadas e de um valor histórico singular para o historiador que pretende buscar indícios sobre o que inquietava historiadores e cientistas sociais na segunda metade do século XIX, acerca de uma concepção coletiva de si e do mundo (RICHARD, 2009:4 – 5).

Certamente poderíamos incluir Buckle, junto a Renan e Taine na relação de Richard. Tratam-se de pensadores de um tempo em que a história procurava afirmar-se como ciência e que somente podem ser entendidos no contexto do cientificismo vigente da época. Faz-se importante estudá-los de forma a construir a historicidade do pensamento histórico, ou ainda ater-se questões específicas como a relação história/natureza/sensibilidade que procuramos abordar neste trabalho.

Eduard Meyer (1855 -1930):

Já em fins do século XIX e início do século XX elencamos um autor bem pouco conhecido na atualidade, o alemão Eduard Meyer.

O fato de Meyer ser pouco citado em nossos dias não significa que em seu tempo tenha tido pouca importância nos meios acadêmicos. O historiador foi professor em Breslau, Halle, Berlim e Harvard e, além disso, colecionou títulos honoríficos em Oxford, St. Andrews, Freiburg e Chicago. A sua área de atuação era História da Antiguidade, principalmente o Egito, e também escreveu sobre judaísmo, mórmons, assírios.

Seu trabalho mais conhecido eram os cinco volumes de *GeschichtedesAuterthums*[§], que teve inúmeras reedições. Além dos citados trabalhos contribuiu para a Enciclopédia Bíblica em 1903 e a Enciclopédia Britânica em 1911.

Diferentemente de Buckle ou Taine, Meyer tinha uma visão marcada por novos paradigmas evolucionistas, fruto de uma herança Darwinista que os dois primeiros autores não tiveram acesso ou não deram tanto crédito à difusão da “Origem das Espécies” em 1859. O método histórico de Meyer alinhava-se com a história cultural alemã que sofreu forte resistência após 1933 com a ascensão do nazismo.

Embora sua longa trajetória acadêmica em universidades de língua inglesa, Meyer também acabou por não obter maior divulgação na Inglaterra, posto que nos anos da primeira Grande Guerra publicou um trabalho de história contemporânea em que criticava as instituições monárquicas do Reino Unido.

[§] História da Antiguidade, cuja primeira edição data de 1884 a 1902

A hipótese de Meyer era basicamente que a Inglaterra só poderia ser compreendida, ao se levar em conta que seu desenvolvimento se deu de forma contrária ao continente. Assim, suas instituições medievais conviviam de forma dual com uma estrutura política de Estado Moderno, por vezes num amargo antagonismo (MEYER, 1916: 3).

Para manter tal dualidade, a Inglaterra apegar-se-ia firmemente à aparência do passado, mascarando o esvaziamento de antigas instituições como a Coroa. Ademais o alemão afirmava: “O cavaleiro inglês não recua diante de nenhum crime, nem mesmo o assassinato, se tão somente as aparências puderem ser preservadas” (Ibidem, p. 302). Para justificar a afirmativa, o autor relatava um plano de assassinar o embaixador irlandês por parte do também embaixador britânico, e insinuava que a morte do arquiduque Ferdinando por um sérvio teria a mão britânica por detrás.

Todo esse relato serve para explicar a dificuldade de encontrar qualquer traço da obra de um historiador de tamanho renome em bibliotecas da Inglaterra. Parece que o excesso de sinceridade de Meyer na escrita do citado livro o fez *persona non grata* nos meios acadêmicos ingleses.

No Brasil do início do século XX, Eduard Meyer tinha por admirador o mais eminente historiador da época, João Capistrano de Abreu. Capistrano afirmava em carta a João Lúcio de Azevedo em 6 de junho de 1917 que depois de Ranke, Meyer teria ido mais adiante, ao buscar os “minerais dissolvidos” na “lama” da história (RODRIGUES, 1977: 51).

O estudo de Meyer começava por deixar claro que sua pretensão como historiador era uma visão ampla da noção de documento histórico. Não se limitando apenas às fontes escritas, valia-se para a análise de objetos, instrumentos e vestígios das comunidades humanas do passado, além de suas artes, línguas e cultos. O que levava, por conseguinte, a uma ampliação do tempo histórico, já que para ele a história humana não teria início com a escrita, mas com o desenvolvimento da linguagem. Essa última seria o fator essencial do desenvolvimento humano.

Os estudos linguísticos eram, portanto essenciais na análise histórica de Meyer, já que para ele não haveria uma ruptura entre pré-história e história, mas desde que o homem passou a articular palavras para comunicar-se com outros de sua espécie. Assim, por meio das

ciências auxiliares, como a linguística e a antropologia, o historiador deveria investigar o passado em um tempo bem mais remoto do que pretendiam os historiadores de sua época.

Tal como Taine, Meyer tinha interesse o homem interior, sua psicologia, os seus sentimentos e motivações. Porém, enquanto o francês tomava por base uma humanidade racialmente dividida o historiador alemão pensava a humanidade única. Além disso, a relação do homem com a natureza era vista por ele como continuidade e não ruptura, ou seja, o ser humano deveria ser analisado levando-se em conta sua origem evolutiva.

Assim, Meyer procurava analisar o comportamento social humano levando em conta dois processos, aquela que diferenciava os seres humanos dos demais animais, ou seja o desenvolvimento da cultura a partir da comunicação verbal e o desenvolvimento evolutivo “orgânico”, ou seja, o homem como fruto de um processo de seleção natural, tal qual todos os seres viventes.

Para Meyer alguns processos tomados por estudiosos como fruto da natureza intelectual humana se aproximavam mais claramente de sua animalidade se comparado com comunidades de animais mais próximos na escala evolutiva. Um exemplo disso era sua análise acerca do Estado. Meyer discordava de pensadores como Thomas Hobbes e John Locke ao postularem que num “estado de natureza” não haveria qualquer autoridade política e assim, cada um agiria segundo seus próprios interesses e somente no início do processo evolutivo se estabelece um “contrato social” como uma forma racional de regular os interesses comuns.

A proposta do historiador alemão era que o ser humano como animal gregário diferiria, por exemplo, de grande parte dos carnívoros que se movem livremente, subtraindo-se frequentemente à vontade coletiva. Por outro lado, o homem também seria diverso de insetos sociais como abelhas e formigas cuja existência se encontra absolutamente vinculadas ao grupo e sem ele sua existência torna-se inviável**. (MEYER, 1912: 5).

Como animal gregário, o homem estaria mais próximo dos que se organizam em tropas, bandos, rebanhos, etc. o que seria, na compreensão do autor, um tipo de “grupamento social” instintivo e natural. A observação parece não ter grandes consequências, mas à medida

**MEYER. E. *Histoire de l'Antiquité*. Tome I. Paris: Librairie Paul Geuthner, 1912. pp. 5

em que Meyer avança em sua análise percebe-se que tal visão implica golpear profundamente o eurocentrismo comum aos estudos históricos e antropológicos da época.

Na formação das sociedades humanas, o Estado era visto pelo autor como uma formação inerente à natureza da espécie. Suas variações nos diferentes sítios eram advindas da bagagem cultural de um povo que atuava sobre o desejo intrínseco da formação de um Estado.

Assim, Meyer reconhecia como legítima toda e qualquer formação estatal, até mesmo a dos povos ditos selvagens. Refutava-se com isso a visão de que o “verdadeiro” estado seria advindo da família patriarcal mononuclear, o que legava àquela instituição um status de superioridade no processo evolutivo.

Formas de organizações familiares como o matriarcado, a poligamia, a poliandria, ou ainda o intercuro sexual sem que houvesse um casamento formal ganhavam dessa forma o status de legitimidade e de paridade junto à família patriarcal monogâmica.

Todas as formas de organização social e organização familiar nos diferentes grupos humanos seriam diferenças puramente culturais e não estágios inferiores de uma evolução que culminaria na família patriarcal e no Estado segundo o modelo europeu.

O empenho intelectual de Meyer era, como deixa claro na introdução do volume I de sua obra *GeschichtedesAuerthums*, direcionado a uma “visão de mundo unitária, historicamente fundamentada”^{††}, em que a natureza no seu processo evolutivo tem um papel central.

Considerações Finais:

Os três autores analisados nesse trabalho fazem parte de um vasto universo de pensadores que procurou lidar com a natureza como um vetor de força a ser considerado no processo histórico. O “fantasma” dos determinismos climáticos, geográficos, raciais, etc. afastaram por muito tempo historiadores de levarem em conta fatores do meio ambiente em suas análises.

Faz-se importante construir a historicidade do tema, não no intuito de a partir do presente apontar os erros do passado,mas analisar esse universo de pensadores inseridos em

^{††} Ibidem. pp. V.

seu contexto e trazer à reflexão o tema história/natureza e, porque não história/natureza/sensibilidade.

Referências Bibliográficas:

- BUCKLE, Henry Thomas. *Histoire de la Civilisation en Angleterre*. Bruxelles: Typ. A. Lacroix, Vol. I. 1865.
- BURKE, Peter. A escola dos Annales 1929 – 1989, a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Ed. Unesp, 1990.
- HARTOG, François. Passados Recompuestos – Campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. FGV, 1998.
- KURY, Lorelai B. *Les instructions de voyages dans les expéditions scientifiques françaises (1750 – 1830)*. Rev. Hist. Sci., 1998.
- _____. Ciência e nação: romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, Oct. 1998 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459701998000200001&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Mar. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59701998000200001>. Último acesso em 26/03/2012.
- _____. A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 41, p. 157 – 172. 200.
- MEYER, E. *England – Its political organization and development and the war against Germany*. Boston: Ritter & Company, 1916.
- _____. *Histoire de l'Antiquité*. Tome I. Paris: Librairie Paul Geuthner, 1912.
- PESSOA, Fernando. *O Eu Profundo e Outros Eus – Seleção Poética*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- RATZEL, Friedrich. *The history of Mankind* . London: Macmillan and Co. vol. I. 1896.
- RICHARD, Nathalie. *Au creuset des sciences humaines. La Science de l'homme au temps de Renan et de Taine*. Paris: Université Paris I – Panthéon - Sorbone 2009.
- RODRIGUES, J. Honório (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira/INL/MEC, 1977 vol. 2.

TAINÉ. H., Histoire de la littérature anglaise. Tome première. Paris: Hachette. 1866.
Disponível na internet via
<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k201421z.image.r=taine+histoire+de+la+litterature+anglaise.f3.lan> .Arquivo consultado em 11 de março de 2013.